



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO,
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS e
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
2023

GOIÁS TRANSMISSÃO S. A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação da Assembleia de Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

A **GOIÁS Transmissão S.A.** reafirma seu compromisso com a excelência na implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão sob sua responsabilidade, bem como agradece a colaboração dos seus Acionistas, Membros do Conselho de Administração, Colaboradores, Fornecedores, Financiadores e Órgãos Reguladores e Governamentais.

Conselho de Administração

1. HISTÓRICO

A **Goiás Transmissão S.A.** (“Companhia”), constituída em 3 de fevereiro de 2010, é uma sociedade por ações de capital fechado, seus propósitos são específicos (SPE), atuando no setor de transmissão de energia elétrica é responsável pela construção, operação e manutenção das instalações sob sua concessão na Região Centro-Oeste do Brasil, no Estado de Goiás. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

Seu controle acionário é detido pela Gebbras Participações Ltda, controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51% de participação e por Furnas Centrais Elétricas S.A., controlada pela Eletrobras, com 49%.

Em 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 002/2010 - ANEEL - Instalação de Transmissão de Rede Básica, com prazo de concessão de 30 anos. A conclusão da implantação e a operação comercial das instalações vinculadas ao seu contrato de concessão ocorreu em outubro de 2013.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico-financeiros	2023	2022
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	152.686	159.968
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	135.311	150.895
Resultado Financeiro (R\$ mil)	(31.370)	(36.140)
Lucro Líquido do Exercício (R\$ mil)	56.102	78.954
Ativo Total (R\$ mil)	875.868	815.379
Dívida Bruta (R\$ mil)	312.664	321.724
Dívida Líquida (R\$ mil) (*)	277.659	285.631
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	390.968	395.583

* Dívida Líquida de Disponibilidades e Aplicações Financeiras

3. ENDIVIDAMENTO

	Taxa anual de juros	31/12/2023	31/12/2022
	IPCA + 6,0548%		
Debêntures – 1ª emissão	a.a.	312.664	321.724
Circulante		32.626	30.399
Não circulante		280.038	291.325

4. CAPITAL SOCIAL

O capital subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 174.095.200,00 (cento e setenta e quatro milhões, noventa e cinco mil e duzentos reais), representado por 315.195.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº. 308/99, destacamos que a Companhia mantém contrato de auditoria externa com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informativos contábeis para atendimento às exigências regulatórias da ANEEL.

A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO - 2023

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Conselheiros Titulares:		
Presidente	De	Até
Fernando Augusto Rojas Pinto	01/01/2023	31/12/2023
Vice-Presidente		
Victor Hugo Góes Ricco	01/01/2023	31/12/2023
Membros		
Flávio Cesar Guimarães Ávila	01/01/2023	31/12/2023
Lina Patricia Coy Calixto	01/01/2023	31/03/2023
Diego Alejandro Forero Beltrán	01/04/2023	31/12/2023
Conselheiros Suplentes		
Lina Patricia Coy Calixto	01/04/2023	03/11/2023
Miguel Angel Rojas Torres	01/01/2023	31/12/2023
DIRETORIA		
Diretor Administrativo-Financeiro	De	Até
José Mauro Martins Leone	01/01/2023	08/03/2023
Gersino Saragosa Guerra	09/03/2023	31/12/2023
Diretor Técnico	De	Até
Antonio Costa e Costa	01/01/2023	31/12/2023

Goiás Transmissão S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Goiás Transmissão S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022	Passivo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.664	13.029	Fornecedores	9	1.052	1.324
Concessionárias e permissionárias	6	9.616	8.772	Debêntures	10	32.626	30.399
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	73.773	65.181	Impostos correntes a pagar		934	1.810
Outros créditos		987	341	Dividendos a pagar	8.c	13.324	16.140
Total do ativo circulante		96.040	87.323	Outras contas a pagar	11	6.035	2.765
Ativo não circulante				Total do passivo circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	5	23.341	23.064			53.971	52.438
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	755.785	704.326	Passivo não circulante			
Depósitos judiciais		91	122	Debêntures	10	280.038	291.325
Imobilizado		611	544	Provisão para riscos	12	14	13
Total do ativo não circulante		779.828	728.056	Dividendos a pagar	8.c	66.765	24.232
Total do ativo				Tributos diferidos	18.a	84.112	51.788
		875.868	815.379	Total do passivo não circulante		430.929	367.358
				Patrimônio líquido			
				Capital social	13.a	174.095	174.095
				Reserva de lucros	13.b	216.873	221.488
				Total do patrimônio líquido		390.968	395.583
				Total do patrimônio líquido e total do passivo		875.868	815.379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiás Transmissão S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Receita líquida	15	135.311	150.895
Custo de construção	19.a	(4.620)	(17.807)
Custos de operação e manutenção	19.b	(11.461)	(8.775)
Lucro bruto		119.230	124.313
Despesas gerais e administrativas			
Remuneração do pessoal		(935)	(751)
Remuneração dos administradores	8.b	(976)	(769)
Serviços de terceiros		(852)	(896)
Outras receitas e despesas operacionais		(279)	(107)
Total das despesas gerais e administrativas	16	(3.042)	(2.523)
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		116.188	121.790
Receitas financeiras	17	5.356	5.421
Despesas financeiras	17	(36.726)	(41.561)
Resultado financeiro líquido		(31.370)	(36.140)
Lucro antes dos impostos		84.818	85.650
Imposto de renda e contribuição social	18.b	(28.716)	(6.696)
Lucro líquido do exercício		56.102	78.954
Resultado por ação - em reais	14	0,1780	0,2505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiás Transmissão S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	<u>56.102</u>	<u>78.954</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>56.102</u></u>	<u><u>78.954</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiás Transmissão S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		174.095	25.412	135.873	-	335.380
Lucro líquido do exercício		-	-	-	78.954	78.954
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		-	3.948	-	(3.948)	-
Dividendos mínimos obrigatórios por ação		-	-	-	(18.751)	- 18.751
Constituição reserva de retenção de lucros		-	-	56.255	(56.255)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13	174.095	29.360	192.128	-	395.583
Lucro líquido do exercício		-	-	-	56.102	56.102
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		-	2.805	-	(2.805)	-
Dividendos mínimos obrigatórios por ação		-	-	-	(13.324)	(13.324)
Constituição reserva de retenção de lucros		-	-	39.973	(39.973)	-
Constituição dividendos adicionais	13.c	-	-	(47.393)	-	(47.393)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	13	174.095	32.165	184.708	-	390.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiás Transmissão S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		56.102	78.954
Ajustes ao lucro:			
PIS e COFINS diferidos		5.555	2.831
Imposto de renda e contribuição social diferidos		26.769	2.389
Juros, variação monetária e custo de transação sobre debêntures	10.a	36.082	40.638
Depreciação		66	72
Remuneração do ativo de contrato	7	(127.977)	(122.997)
Receita de construção	7	(4.795)	(18.482)
Provisão para contingências		-	2
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	72.721	63.920
Concessionárias e permissionárias		(844)	(979)
Outros créditos e outros ativos		(615)	3
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(272)	24
Impostos correntes a pagar		1.266	3.387
Outras contas a pagar		3.271	(1.474)
Pagamento de debêntures - juros	10.a	(20.021)	(20.945)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.142)	(2.956)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		45.166	24.387
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Imobilizado		(133)	(201)
Aplicações financeiras		(277)	(4.524)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(410)	(4.725)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de debêntures - Principal	10.a	(25.121)	(22.067)
Dividendos pagos	13.c	(21.000)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(46.121)	(22.067)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(1.365)	(2.405)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	13.029	15.434
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	11.664	13.029
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(1.365)	(2.405)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiás Transmissão S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas		
Receitas relativas à operação e manutenção	19.914	18.489
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	127.977	122.997
Receitas relativas à construção	4.795	18.482
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros referente à operação	(11.602)	(9.082)
Materiais, serviços de terceiros e outros referente à construção	(4.620)	(17.807)
Valor adicionado bruto	136.464	133.079
Depreciação e amortização	(66)	(72)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	136.398	133.007
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	5.356	5.421
Valor adicionado total a distribuir	141.754	138.428
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	2.397	1.897
Remunerações	806	634
Férias e 13º Salário	188	149
Encargos sociais (Exceto INSS)	78	62
Benefícios	349	283
Administradores	976	769
Impostos, taxas e contribuições	46.528	16.016
INSS (Sobre folha de pagamento)	264	215
ICMS	154	25
PIS/COFINS s/faturamento	13.759	5.839
Tributos sobre o lucro	28.716	6.696
Obrigações intraspetoriais	3.616	3.234
Outros	19	7
Remuneração de capitais de terceiros	36.727	41.561
Encargos de dívida e variação monetária	35.198	39.753
Outras	1.529	1.808
Remuneração de capitais próprios	56.102	78.954
Lucro retido do exercício	42.778	60.203
Dividendos	13.324	18.751
Valor adicionado distribuído	141.754	138.428

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Goiás Transmissão S.A. (“GOIÁS” ou “Companhia”), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo Consórcio Goiás Transmissão, atualmente formado por Gebbras Participações Ltda, controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51% e por Furnas Centrais Elétricas S.A., controlada pela Eletrobras, com 49%, vencedor do Lote A do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009, para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 002/2010 - ANEEL.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica localizadas no Estado de Goiás.

1.2 Da concessão

No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 002/2010 - ANEEL - Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão:

- (i) LT 500 kV, CD SE Rio Verde Norte - SE Trindade com 187 km;
- (ii) LT 230 kV CD SE Trindade - SE Xavantes com 37 km;
- (iii) LT 230 kV CS SE Trindade - SE Carajás com 30 km;
- (iv) Subestação Trindade em 500/230 kV e
- (v) Entradas de linha, interligação de barras, reatores de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

As instalações acima entraram em operação comercial em outubro de 2013. A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial. Conforme a Resolução Homologatória nº 3.216/2023, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo tarifário julho/2023 a junho/2024, é de R\$97.757 (R\$85.356 ciclo julho/2022 a junho/2023), incluindo as contribuições reembolsáveis (PIS e COFINS). Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP, nos termos da cláusula sétima do Contrato de Concessão, em intervalos de cinco anos durante o período de concessão, no 5º, 10º e 15º ano, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão onde será revisado o custo de capital de terceiros, sendo que a revisão tarifária periódica do 15º ano ocorrerá em julho de 2026. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da Transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a responsabilidade da Companhia, que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida.

A Aneel por meio da Resolução Autorizativa nº. 9.997/2021, outorgou o reforço para a instalação do 1º reator de barra 500 kV da SE Trindade. A construção da ampliação teve início em janeiro de 2022 e as instalações entraram em operação comercial em abril de 2023.

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

Reserva Global de Reversão (RGR) - Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional.

Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pela ANEEL no percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

A transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto do Contrato de Concessão, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração estima que o valor histórico de indenização é de R\$ 139.520, valor este correspondente a estimativa de valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais. A reversão dos bens da concessão ao Poder Concedente ocorrerá após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os artigos 6 e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2023, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2024.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(i) Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

(ii) Reconhecimento do ativo de contrato

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada, vide nota explicativa nº 1.2.

(iii) Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. A taxa implícita utilizada pela Companhia é de 6,59% a.a. para a implantação do projeto e de 5,85% a.a. para a ampliação.

3 Principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:

a. Receita operacional

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada por meio de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado pelo regime de competência.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- Receita de remuneração ativo de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

- Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (redução ao valor recuperável de ativos). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Caixa e bancos”, “Contas a receber (ativo de contrato)”, “Concessionárias e permissionárias” e “Outros créditos”.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Aplicações financeiras”.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam “Outras contas a pagar”, “Fornecedores”, “Debêntures”, “Dividendos” e “Obrigações estimadas”.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

d. Concessionárias e permissionárias

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede Básica (RBL).

e. Ativo de contrato

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

f. Despesas antecipadas

Correspondem aos prêmios de seguros pagos antecipadamente que serão apropriados de acordo com a vigência das apólices.

g. Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

h. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.

i. Impostos e contribuições

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro real, a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais.

j. Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

k. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

l. Resultado por ação

O resultado por ação, é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia.

m. Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”)

A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros.

n. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia, e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS - *International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relatório Financeiro).

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas aplicadas a partir de 01/01/2023

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 32/ IAS 12	Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação	01/01/2023

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com <i>Covenants</i>	01/01/2024
Alterações ao CPC 06/ IFRS 16	Contabilização de <i>leaseback</i>	01/01/2024
Alterações ao CPC 40/ IAS 7 / IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros	01/01/2024

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	5	5
Bancos	732	329
Aplicações financeiras	10.927	12.695
Total	11.664	13.029

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Banco Itaú – CDB-DI	CDB	98,23% CDI	10.927	12.695
Total			10.927	12.695

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa nº 20.

5 Aplicações financeiras vinculadas (Caixa restrito)

Refere-se a aplicação restrita para garantia dos contratos de debêntures, conforme previsão contratual. As principais informações estão descritas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Banco Itaú	TOP DI FIC	93,99% CDI (*)	23.341	23.064
Total			23.341	23.064

(*) Rentabilidade relativa ao benchmark dos últimos 12 meses.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa nº 20.

6 Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	9.616	8.772
Total	9.616	8.772

7 Contas a receber (Ativo de contrato)

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2021	Remuneração pela construção do ativo de contrato (+)	Atualização/remuneração do ativo de contrato (+)	Realização do ativo de contrato (-)	Saldo ativo de contrato em 31/12/2022
Ativo de contrato	691.948	18.482	122.997	(63.920)	769.507
Circulante	58.337				65.181
Não circulante	633.611				704.326
	Saldo ativo de contrato em 31/12/2022	Remuneração pela construção do ativo de contrato (+)	Atualização/remuneração do ativo de contrato (+)	Realização do ativo de contrato (-)	Saldo ativo de contrato em 31/12/2023
Ativo de contrato	769.507	4.795	127.977	(72.721)	829.558
Circulante	65.181				73.773
Não circulante	704.326				755.785

O ativo de contrato refere-se à prestação de serviços de construção, operação e manutenção das instalações de transmissão e estão classificadas como custo amortizado.

8 Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, seus diretores, seus conselheiros e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos reportados e seus efeitos estão descritos a seguir:

a. Prestação de serviços com Furnas Centrais Elétricas S.A.

A Companhia possuía contrato de O&M com Furnas até dezembro de 2016, porém o serviço foi prestado até 05 de janeiro de 2017. O valor do serviço prestado após a finalização do contrato foi totalmente liquidado em outubro de 2023.

b. Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração dos administradores, totalizou R\$976 (R\$769 em 2022), sendo registrada como despesas gerais e administrativas.

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	(768)	(635)
Encargos e benefícios	(208)	(134)
Total	(976)	(769)

c. Dividendos a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Gebbras Participações Ltda	40.845	20.590
Furnas Centrais Elétricas S.A.	39.244	19.782
Total	80.089	40.372
Circulante	13.324	16.140
Não circulante	66.765	24.232

9 Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	1.190
Buriti Segurança Especializada S.A.	42	28
CEL Engenharia Ltda	681	-
H.F Teixeira Eireli	12	-
DC Engenharia Eireli	64	-
Outros	253	106
Total	1.052	1.324

10 Debêntures

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples em 05 de julho de 2021, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R\$325.000. Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último em 15 de junho de 2033.

Os recursos obtidos pela Companhia com a oferta restrita foram destinados (i) ao pré-pagamento dos Contratos de Financiamentos junto ao BNDES e ao FCO, (ii) à redução do capital social da Companhia, nos termos aprovados pela ANEEL por meio do Despacho ANEEL nº 31, de 07 de janeiro de 2021, e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de março de 2021; e (iii) à distribuição de dividendos aos Acionistas.

a. Composição

	Taxa anual de juros	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures – 1ª emissão	IPCA + 6,0548% a.a.	<u>312.664</u>	<u>321.724</u>
Circulante		32.626	30.399
Não circulante		280.038	291.325

Segregação por ano de vencimento

	2024	2025	2026	Demais anos	Total
Debêntures – 1ª Emissão	32.626	31.973	31.973	216.092	312.664

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>324.098</u>
Provisão de juros	21.665
Variação monetária	18.088
Apropriação custos de transação	885
(-) Amortização de principal	(22.067)
(-) Pagamento de juros	(20.945)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>321.724</u>
Provisão de juros	20.417
Variação monetária	14.781
Apropriação custos de transação	884
(-) Amortização de principal	(25.121)
(-) Pagamento de juros	(20.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>312.664</u>

b. Garantias

A Companhia, por meio do “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças”, cedeu e transferiu fiduciariamente, em garantia aos Debenturistas, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular, emergentes do Contrato de Concessão nº 002/2010 - ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 2010-012-03 GOIAS TRA: CCO-2010-002 firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. As intervenientes Gebbras e Furnas alienaram e transferiram fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, representados pelo agente fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade.

c. Covenants

A escritura de debêntures contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento, a manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, a distribuição de dividendos, a cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos debenturistas. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos debenturistas, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. A escritura ainda prevê o cumprimento de obrigações (*covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e ambientais.

De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras regulatórias. Caso o ICSD mínimo fique no intervalo de 1,10 (um inteiro e dez centésimos), inclusive, e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), exclusive, a Companhia poderá curar o inadimplemento mediante depósito em conta vinculada, do valor necessário ao atingimento do ICSD mínimo, o qual deverá ser efetuado anteriormente à apresentação do cálculo anual do ICSD mínimo, de forma que sejam considerados em seu cálculo os valores depositados na conta de complementação do ICSD.

A Companhia possui controles de acompanhamento e apuração anual dos covenants nas demonstrações contábeis regulatórias, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram identificados descumprimentos de covenants.

11 Outras contas a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	1.009	688
Reserva global de reversão - RGR	505	563
Taxa de fiscalização – TFSEE	979	916
Antecipação aviso de crédito de clientes	3.163	170
Outros	379	428
Total	6.035	2.765

12 Provisões para riscos

A Companhia está envolvida em processos cíveis e tributários, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, conforme informações abaixo:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Cível	Tributário	Total	Cível	Tributário	Total
Risco						
Provável (a)	14	-	14	13	-	13
Possível (b)	3.241	19.635	22.876	5.222	18.938	24.160
	3.255	19.635	22.890	5.235	18.938	24.173

- a) **Processos prováveis:** Composto por processo de indenização por instituição de servidão de passagem.
- b) **Processos possíveis:** Composto por, (i) um processo de ação anulatória de auto de infração referente a ICMS DIFAL no montante de R\$ 19.635 (R\$ 18.938 em 2022), (ii) um processo no valor de R\$ 456 (R\$ 380 em 2022) referente a Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Goiás, pleiteando liminarmente a suspensão das obras da Linha de Transmissão e (iii) por diversos processos de indenização por instituição de servidão de passagem.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 174.095, representado por 315.195.200 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
Acionistas						
Gebbras Participações Ltda	160.749.552	51	88.788	160.749.552	51	88.788
Furnas - Centrais Elétricas S.A.	154.445.648	49	85.307	154.445.648	49	85.307
Total	315.195.200	100	174.095	315.195.200	100	174.095

b. Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício e é limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definição do estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	56.102	78.954
Reserva legal (5%)	<u>(2.805)</u>	<u>(3.948)</u>
Lucro líquido do exercício ajustado	<u>53.297</u>	<u>75.006</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	13.324	18.751
Reserva de retenção de lucros	39.973	56.255

A movimentação das reservas de lucros está demonstrada a seguir:

Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2022	<u>221.488</u>
Constituição reserva de lucros	42.778
Constituição de dividendos adicionais	(47.393)
Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2023	<u>216.873</u>

Em 31 de dezembro de 2023, as reservas de lucros de R\$ 216.873 ultrapassam em R\$ 42.778 o capital social da Companhia que é de R\$ 174.095. Em observância ao artigo 199 da Lei nº. 6.404/1976, a destinação das referidas reservas será definida na Assembleia de Acionistas, podendo ser constituído dividendos adicionais para distribuição aos Acionistas, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia ou destinado ao aumento do capital social. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado e a Administração entende que este excesso de reservas de lucro não causa impacto negativo a terceiros, uma vez que a Companhia não possui acionistas minoritários.

c. Dividendos

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. A expectativa da Companhia é que parte dos dividendos de exercícios anteriores seja distribuída, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou o pagamento de R\$21.000, referente a dividendos de exercícios anteriores.

A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2022	<u>40.372</u>
Pagamento de dividendos	(21.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	13.324
Dividendos adicionais	47.393
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2023	<u>80.089</u>

14 Resultado por ação

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	56.102	78.954
Quantidade de ações ordinárias (em milhares)	<u>315.195</u>	<u>315.195</u>
Resultado por ação ordinária (em Reais)	<u>0,1780</u>	<u>0,2505</u>

Não há efeitos de diluição no cálculo do resultado por ação.

15 Receita líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de remuneração ativo de contrato	127.977	122.997
Receita de construção	4.795	18.482
Receita de operação	19.914	18.489
Receita bruta	152.686	159.968
(-) PIS e COFINS	(13.759)	(5.839)
(-) Encargos regulatórios	(3.616)	(3.234)
Receita líquida	135.311	150.895

16 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(935)	(751)
Administradores	(976)	(769)
Material	(8)	(1)
Serviços de terceiros	(852)	(896)
Seguros	(18)	(31)
Tributos	(4)	(7)
Depreciação	(66)	(72)
Outras despesas e receitas operacionais	(183)	4
Total	(3.042)	(2.523)

17 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	5.583	5.189
PIS/COFINS s/receitas financeiras	(262)	-
Outras receitas financeiras	35	232
	5.356	5.421
Despesas financeiras		
Juros s/ debêntures	(20.417)	(21.665)
Atualizações monetárias	(14.901)	(18.465)
Outras despesas financeiras	(1.408)	(1.431)
	(36.726)	(41.561)
Total do resultado financeiro	(31.370)	(36.140)

18 Impostos e contribuições

a. Tributos diferidos

Natureza dos tributos	31/12/2023	31/12/2022
PIS diferido	5.993	5.002
COFINS diferido	27.649	23.085
IRPJ diferido	35.073	15.390
CSLL diferido	15.397	8.311
	84.112	51.788

b. Imposto de renda e contribuição social

Em 2023 a Companhia passou a adotar a tributação com base no lucro real, por esse motivo não está sendo apresentado o saldo comparativo em 31 de dezembro de 2022.

Reconciliação da alíquota efetiva	31/12/2023
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	84.819
Alíquota nominal	34,00%
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	(28.838)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro	122
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(26.769)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(1.947)
Alíquota efetiva	33,86%
Total de IRPJ e CSLL	(28.716)

19 Custos

a. Custos de construção

Referem-se a implantação de reforços em instalações de transmissão de sua responsabilidade, referente a instalação do 1º reator de barra 500 kV da SE Trindade. Os custos representam essencialmente os valores pagos às empresas contratadas para a construção da ampliação. As instalações entraram em operação comercial em abril de 2023, desta forma não irão mais gerar custos de construção. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o custo de construção apurado foi de R\$ 4.620 (R\$17.807 em 31 de dezembro de 2022).

b. Custos de operação e manutenção

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(750)	(591)
Material	(784)	(394)
Serviços de terceiros	(7.457)	(6.811)
Arrendamentos e aluguéis	(35)	(23)
Seguros	(510)	(411)
Outros custos de operação e manutenção	(1.925)	(545)
Total	(11.461)	(8.775)

20 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Nível valor justo
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	11.664	1
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado	23.341	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	9.616	
Contas a receber (Ativo de contrato)	Custo amortizado	829.558	
Outros créditos	Custo amortizado	987	
		875.166	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Nível valor justo
Debêntures	Custo amortizado	312.664	
Fornecedores	Custo amortizado	1.052	
Dividendos a pagar	Custo amortizado	80.089	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	6.035	
		399.840	
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Nível valor justo
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	13.029	1
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado	23.064	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	8.772	
Contas a receber (Ativo de contrato)	Custo amortizado	769.507	
Outros créditos	Custo amortizado	341	
		814,713	
-			
Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Nível valor justo
Debêntures	Custo amortizado	321.724	
Fornecedores	Custo amortizado	1.324	
Dividendos a pagar	Custo amortizado	40.372	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.765	
		366.186	

b. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários, registrados ao valor justo por meio de resultado e custo amortizado, são classificados como nível 1. Para determinação do valor, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

c. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Em relação ao contas a receber, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, está não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

O quadro a seguir demonstra análise dos vencimentos para os principais passivos financeiros, incluindo a projeção de correção monetária e juros futuros, em 31 de dezembro de 2023.

	Total	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Mais de 2 anos
Fornecedores	1.052	1.052	-	-
Debêntures	337.141	51.292	103.415	182.434

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.

Riscos relacionados à taxa de juros

Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros.

d. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas de juros prefixadas e atreladas à variação do CDI e do IPCA.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (debêntures e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2023, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e IPCA, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no *site* do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		13,03	9,77	6,52
Aplicações financeiras		34.268	4.465	3.348	2.233
Impacto no resultado			-	(1.117)	(2.232)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil – BACEN

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Aumento de 25%	Aumento de 50%
IPCA (%)	Aumento do IPCA		4,72	5,90	7,08
Debêntures		312.664	14.758	18.447	22.137
Impacto no resultado			-	(3.689)	(7.379)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN

21 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Administradores / Seguro D&O (*)	30.000	30/04/2023 a 30/04/2024
Risco operacional	105.353	30/04/2023 a 30/04/2024
Responsabilidade civil geral	6.000	30/04/2023 a 30/04/2024

(*) Apólice unificada com outras Companhias do Grupo

22 Questões ambientais

As condicionantes definidas no licenciamento ambiental expedido pela Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA, do Estado de Goiás, estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia.

23 Eventos subsequentes – Incorporação do acionista Furnas pela Eletrobras

As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, controlador do acionista Furnas, aprovou em 11 de janeiro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, a autorização aos administradores da Eletrobras a praticarem todos os atos necessários à implementação da Incorporação de Furnas pela Eletrobras, com eficácia condicionada à implementação das condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2024.

Gersino Saragosa Guerra
Diretor Administrativo-Financeiro

Antônio Costa e Costa
Diretor Técnico

Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S
Leandro Borges Jordão
Contador
CRC GO-001605/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Goiás Transmissão S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Goiás Transmissão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goiás Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

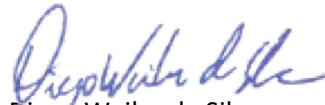
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3